

Observamos que os artigos enviados não traduzem necessariamente a opinião do IQE - Instituto Qualidade no Ensino. O nosso propósito é levar informação sobre os problemas brasileiros na área da Educação.

O Bolsa Família, que nasceu como Bolsa Escola no governo Fernando Henrique, é reconhecido como o mais eficiente programa social do país em termos de redução da pobreza e da desigualdade. A despeito de fraudes eventuais, custa relativamente pouco (15 bilhões de reais ao ano) e contribui decisivamente para aprimorar o nível educacional entre as crianças mais pobres. Isso porque, para receberem o benefício, os pais precisam manter seus filhos no colégio. Ao priorizar o programa, o governo procura reequilibrar os gastos em favor dos mais jovens. Em todo o mundo, as despesas sociais (educação, assistência médica e aposentadorias, principalmente) são concentradas nos primeiros e últimos anos de vida.

Revista Veja - Edição 2207 - 09/03/2011

Uma nova lógica

Luís Guilherme Barrucho

O reajuste no Bolsa Família dá mais dinheiro a crianças e jovens, diminuindo repasses para adultos e pessoas mais velhas

Em seus primeiros dois meses no Planalto, a presidente Dilma Rousseff indicou que perseguirá dois investimentos centrais em suas políticas econômica e social: a infraestrutura e os jovens. Assim, espera-se dirimir duas das maiores amarras ao crescimento brasileiro, que são as deficiências no capital físico (logística) e no capital humano (mão de obra qualificada). Em decisões recentes, Dilma favoreceu essas duas áreas. Foi assim quando, no anúncio de corte de gastos, procurou preservar os investimentos em infraestrutura. Outro exemplo nesse sentido é o Bolsa Família, que beneficia um a cada quatro brasileiros. O programa não apenas foi poupado da contenção de verbas como recebeu um orçamento adicional para este ano.

A presidente anunciou na semana passada o maior reajuste dos benefícios desde que o programa foi criado. Os valores recebidos pelas famílias passarão a variar de 32 a 242 reais (hoje vão de 22 a 200 reais). O aumento médio será de 19,4%, mas poderá chegar a 45,5% em alguns casos. Contrariamente ao reajuste dos aposentados e do salário mínimo e à esperada alteração na tabela do Imposto de Renda, a correção no valor do Bolsa Família foi a única que superou substancialmente a inflação do ano passado, de 6%. A medida terá um impacto de 2,1 bilhões de reais nos cofres públicos.

O Bolsa Família, que nasceu como Bolsa Escola no governo Fernando Henrique, é reconhecido como o mais eficiente programa social do país em termos de redução da pobreza e da desigualdade. A despeito de fraudes eventuais, custa relativamente pouco (15 bilhões de reais ao ano) e contribui decisivamente para aprimorar o nível educacional entre as crianças mais pobres. Isso porque, para receberem o benefício, os pais precisam manter seus filhos no colégio. Ao priorizar o programa, o governo procura reequilibrar os gastos em favor dos mais jovens. Em todo o mundo, as despesas sociais (educação, assistência médica e aposentadorias, principalmente) são concentradas nos primeiros e últimos anos de vida.

A evolução desses gastos, maior nos extremos e diminuta no centro, descreve um gráfico que se assemelha à lateral de um violão (veja o quadro abaixo). No Brasil, aproximadamente 70% dos gastos vão para os mais velhos, por causa das despesas elevadas no sistema previdenciário. Nos últimos anos, entretanto, o governo tem procurado suavizar essa curva, beneficiando as crianças. A estratégia tem lógica.

"Quanto mais se investe no início da vida de uma pessoa, menos se gastará mais tarde", diz José Márcio Camargo, professor de economia da PUC-Rio e um dos idealizadores do programa. É nesse sentido que deve ser compreendido o aumento no benefício pago pelo Bolsa família.

O custo do reajuste do programa coincide "com o valor do corte que o governo estima executar nas despesas previdenciárias. Na ponta do lápis, isso quer dizer tirar 2,1 bilhões de reais dos mais velhos para dar aos mais jovens.

Manter os alunos na escola é um ótimo sinal. Estudos mostram que a diferença nos anos de estudo chega a explicar metade do diferencial de renda, na vida adulta, entre pobres e ricos. Mas estreitar essa desigualdade requererá também dar qualidade ao ensino público. Trata-se de um requisito básico ao aumento da produtividade da economia, ao lado da ampliação da infraestrutura. Não existe melhor exemplo disso do que a Coreia do Sul. Em 1960, a renda per capita sul-coreana era metade da brasileira e equivalia à do Sudão. Com investimentos vultosos em educação e logística, o país tornou-se uma potência do mundo desenvolvido. Prova da recompensa de se investir com olhos no futuro.

A CURVA DO VIOLÃO

Os gastos sociais tendem a se concentrar nas crianças e nos idosos. É uma curva no formato de um violão — mais elevada nos extremos e abaulada no centro. No Brasil, a maior parte dos recursos fica com os mais velhos

Decisões recentes do governo buscaram suavizar essa curva em favor dos jovens

